



A USP no rumo do inferno

SÃO PAULO - Não é preciso plebiscito para saber que o Brasil será melhor quando mais gente tiver acesso a universidades de ponta, ou que o predomínio dos mais ricos nas boas escolas reproduz a desigualdade.

Mas, ao ampliar as cotas em sua seleção, a USP dá respostas perigosas a perguntas muito pouco feitas.

A primeira é qual a forma mais eficiente de uma universidade pública promover justiça. A questão não é retórica, principalmente no caso da USP, sustentada por um dos impostos mais regressivos do país, o ICMS.

Se na origem da iniquidade está a falta de desenvolvimento econômico e institucional — e não a seleção universitária —, a melhor forma de construir bem-estar talvez seja amplificar a produção de tecnologia, inovação, processos, reflexão, política pública e profissionais de qualidade.

Trocar o balde sob a goteira deixa o chão seco, mas o furo permanece.

Outra incógnita é se é justo, de fato, o novo modelo de seleção. Sabemos quem vai perder sua vaga para

negros, índios e estudantes de escola pública? E se forem desbotados pobres cuja família se sacrificou anos para pagar uma escola particular?

Premiar a origem sobre o desempenho, ainda que de forma parcial, desvaloriza o empenho. Está claro o impacto dessa mensagem?

Mais um ponto: se a universidade hoje já não é capaz de facilitar o progresso dos menos ricos com cursos noturnos, moradia, livros e refeições suficientes, como vai apoiar e fortalecer os novos ingressantes?

Por fim — já que, entre tantas reformas importantes, resolveu-se mexer na seleção —: manter critérios do século 19 (que nem sempre avaliam o raciocínio, mas a memória) é a forma correta de atrair os alunos com maior potencial de melhorar o país?

Não há dúvida de que a USP tem boas intenções. Mas o inferno, dizem, está cheio delas — e o uso populista e inadequado de recursos escassos é uma das vias mais rápidas até lá.

ana.estela@grupofolha.com.br